

**EMINENTE DESEMBARGADOR RELATOR DA \_\_\_ TURMA DA \_\_\_ CÂMARA  
CÍVEL DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS.**

Processo nº: \_\_\_\_\_

**FUNDAÇÃO UNIRG, e** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, já qualificados no presente processo, vem, respeitosamente, perante este d. Juízo, apresentar **TRANSACÇÃO JUDICIAL (MAIS MÉDICOS)**, nos termos e condições expostas abaixo:

1. Considerando que em razão da publicação do EDITAL CPRD/REVALIDAÇÃO Nº 01/2021, que rege o processo de revalidação de diplomas de graduação em medicina expedidos por instituições de ensino estrangeiras, o qual previu a revalidação exclusivamente pela via ordinária, inúmeros médicos formados no exterior buscaram, no final do ano de 2021, a justiça para que a UNIRG também realizasse a revalidação pelo rito simplificado.

2. Considerando que foram concedidas as medidas liminares determinando que a UNIRG admitisse a inscrição e recebesse os documentos para a avaliação quanto ao direito ou não à tramitação simplificada e que o candidato (a) requerente foi beneficiado com a liminar em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

3. Considerando o grande número de processos, a UNIRG publicou, em 27 de fevereiro de 2022, a NOTA TÉCNICA Nº 01/2022 - CPRD/UNIRG, estabelecendo as Diretrizes preliminares exclusivamente para subsidiar o cumprimento de determinações judiciais acerca dos pedidos de revalidação de diplomas de graduação em medicina pela via simplificada (sub judice).

4. Considerando que já ocorreu todo o rigoroso trâmite administrativo em relação à tramitação simplificada, onde já se encerrou e, classificando os candidatos como aprovados ou não.

5. Considerando a autonomia universitária prevista no artigo 207 da CF, na qual UNIRG a exerceu em sua plenitude nos processos de revalidação simplificada “sub judice”, ao realizar a inscrição, análise documental, matrícula e, estando a parte aprovada nos termos

das normas de regência, notadamente com o § 2º do Art. 48 da Lei nº 9.394, de 20/12/1996, com a Resolução CNE/CES nº 3, de 22/06/2016, a Portaria Normativa MEC nº 22, de 13/12/2016, a Resolução CONSUP nº 009/2021, de 04/03/2021, com as alterações que trata a Resolução CONSUP nº 041, de 19/08/2021.

6. Considerando que o (a) candidato (a) - requerente logrou êxito em ser aprovado no processo de revalidação simplificada “sub judice” de que trata a NOTA TÉCNICA Nº 01/2022 - CPRD/UNIRG;

7. Considerando ainda decisão JUDICIAL proferida nos autos INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA N. 0000009-48.2022.8.27.2722 – TJ TO, onde se firmou a tese: “Aplica-se a teoria do fato consumado aos processos cujas decisões liminares foram exaradas antes de 30/6/2022, preservando, assim, o tão caro princípio da segurança jurídica”.

8. Assim, pelo fato do autor/a encontrar-se abrangido/a pela modulação havida no IAC citado, as partes resolvem pôr fim a presente ação, tornando definitiva e consolidada a matrícula do(a) candidato(a)-requerente junto à IES-requerida, comprometendo-se o requerente à obrigação de fazer, qual seja, apresentar comprovante de validação do tempo de serviço vinculado ao Programa Mais Médicos, instituído pela Lei no 12.871, de 22 de outubro de 2013, e suas respectivas alterações ou Médicos pelo Brasil, instituído pela Lei no 13.958, de 18 de dezembro de 2019 e suas respectivas alterações.

9. O procedimento para apresentação do comprovante de validação do tempo de serviço vinculado ao Programa Mais Médicos será divulgado no site da IES-requerida, na aba “revalidação”, sendo realizado exclusivamente de forma eletrônica.

10. Após a apresentação da declaração que comprova sua vinculação aos programas mencionados no item 8, na condição de médico intercambista, a Comissão Permanente de Revalidação de Diplomas procederá com às análises de autenticidade dos documentos, inclusive da declaração apresentada, em prazo não superior a 20 (vinte dias).

11. Para que o acordo seja concluído e validado, a declaração de participação nos programas deve conter período igual ou superior a um ano e ter a sua autenticidade confirmada.

12. Sendo confirmado o cumprimento dos requisitos, o requerente será considerado habilitado, seguindo para os trâmites internos do apostilamento, cuja expedição não deverá exceder 30 (trinta) dias, contados da decisão de certificação da documentação.

13. O revalidando declara CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA com os termos da

Resolução CONSUP nº 059/2023, de 10 de outubro de 2023, no que se refere às disposições relativas à validação do tempo de serviço vinculado ao programa Mais Médicos ou Médico pelo Brasil.

14. A confissão deste instrumento é definitiva e irrevogável, salvo no caso de não restarem cumpridos os requisitos de tempo e/ou autenticidade da declaração pelo candidato (a) requerente, não implicando, de modo algum, novação ou transação, ressalvadas as disposições em contrário, renunciando expressamente as partes ao direito de ação, de qualquer natureza, tendo por base o objeto debatido nos autos.

15. Requerem pela isenção das eventuais despesas processuais nos termos do art. 90, § 3º, do CPC, bem como pela não fixação de honorários de sucumbência, e ainda renunciam aos prazos recursais, de sorte o incorrer imediato trânsito em julgado.

16. Havendo eventuais custas e despesas processuais remanescentes, estas ficam a encargo integral do (a) candidato (a) - requerente.

17. Qualquer discussão referente ao presente Termo de Acordo deverá ser feita na 1ª Vara dos Feitos da Fazenda e Registros Públicos da Comarca de Gurupi-Tocantins.

18. Assim, por corresponder à livre manifestação de suas vontades, intermediadas por seus procuradores, detentores de poderes expressos para transigir, firma expressamente o termo de transação judicial, requerendo, desta forma, a sua homologação para que surtam seus efeitos legais.

Gurupi/TO, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

Revalidando

Advogado do Revalidando  
OAB/\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_

GILMARA DA  
PEIHA ARAUJO  
AFOJIANO:9144  
8212120

Assinado de forma digital  
por GILMARA DA PEIHA  
ARAUJO  
MPLIANOS:9144212120  
Data: 2023.10.16  
064659-0300

Procuradora Geral da Fundação UnirG  
OAB/TO nº 3289